22º SIMULADO OAB 2014.1

28 DE MARÇO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 28/mar e extinguir-se-á às 13hs do dia 31/mar. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 02/abr.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 02/abr.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 28/Mar | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 28/Mar | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 31/Mar | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 02/Abr | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 02/Abr | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Florentina, beneficiária de pensão por morte deixada por ex-fiscal de rendas, falecido em 5/1/1999, ajuizou ação ordinária em face da União, alegando que determinado aumento remuneratório genérico concedido aos fiscais de renda em atividade não lhe teria sido repassado. Assim, isso teria violado a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. Acerca de tal alegação, é correto afirmar que é manifestamente.**

(A) procedente, pois, embora a regra da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas tenha sido revogada pela EC 41/2003, a pensão por morte rege-se pela lei vigente a época do óbito, quando ainda vivia tal regra.

(B) procedente, pois a CRFB garante o reajustamento da pensão por morte dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

(C) improcedente, pois, nos termos do verbete 339 da Súmula de Jurisprudência do STF, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

(D) improcedentes, pois a regra da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas foi revogada pela EC 41/2003, sendo absolutamente irrelevante o fato de o ex-servidor ter falecido antes da edição da referida emenda.

**2. Quanto às licitações, assinale a opção correta.**

(A) De acordo com o princípio da adjudicação compulsória, o licitante contratado deve obedecer não apenas aos termos do contrato, mas também às determinações da administração.

(B) É dispensável a licitação na hipótese de celebração de contrato de propaganda entre entes da Federação ou com entidades da administração indireta, para a prestação de serviços públicos ou em convenio de cooperação.

(C) Nos termos da Constituição Federal, as empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), quando prestadoras de serviço público, podem elaborar ato normativo sobre licitação, observado os princípios da administração pública.

(D) A contratação de empresa de publicidade pode ser feita sem licitação, diante da natureza singular do serviço.

**3. A Lei n. 8.666/1993 assevera que o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos e supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, bem como na reforma de edifício ou de equipamento. Acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o percentual de acréscimo ou supressão que o contratado é obrigado a aceitar nos contratos de obras, serviços e compras, e o percentual para reforma de edifício ou de equipamentos.**

(A) 50% e 25%

(B) 50% e 75%

(C) 25% e 50%

(D) 25% e 75%

**4. A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. A respeito do regime público aplicável a tais consórcios públicos, assinale a alternativa correta.**

(A) É vedada a celebração de contrato de consórcio público cujo valor seja inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões) de reais.

(B) É vedada a celebração de contrato de consórcio público para a prestação de serviços cujo período seja inferior a 5 (cinco) anos.

(C) A união somente participa de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os consorciados

(D) Os consórcios públicos na área de saúde, em razão do regime de gestão associada, são dispensados de obedecer aos que regulam o Sistema Único de Saúde.

**5. Ambulância do Corpo de Bombeiros envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular, que trafegava na mão contrária de direção, No acidente, o motorista do automóvel sofreu grave lesão, comprometendo a mobilidade de um dos membros superiores, Nesse caso, é correto afirmar que:**

(A) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, pois há nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.

(B) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não houve a chamada culpa ou falha do serviço. E, de todo modo, a indenização do particular, se cabível, ficaria restrita aos danos materiais, pois o Estado não responde por danos morais.

(C) está plenamente caracterizada a responsabilidade civil do Estado, que se fundamenta na teoria do risco integral.

(D) não haverá o dever de indenizar se ficar configurada a culpa exclusiva da vitima, que dirigia na contramão, excluindo a responsabilidade do Estado.

**6. Uma determinada empresa concessionária transfere o seu controle acionário pra uma outra empresa privada, sem notificar, previamente, o Poder concedente, parte no contrato de concessão. Assinale a alternativa que indique a medida que o Poder concedente poderá tomar, se não restarem atendidas as mesmas exigências técnicas, de idoneidade financeira e regularidade jurídica por esta nova empresa.**

(A) Poderá retomar o serviço, por motivo de interesse público, através da encampação, autorizada por lei específica, após prévio pagamento da indenização.

(B) Poderá o Poder concedente declarar a caducidade da concessão, tendo em vista o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

(C) Poderá o Poder concedente anular o contrato de concessão, através de decisão administrativa, uma vez que a transferência acionária da empresa concessionária sem a notificação prévia ao Poder concedente gera irregularidade, insusceptível de convalidação.

(D) Nada poderá fazer o Poder concedente, uma vez que a empresa concessionária, apesar da alteração societária, não desnatura o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.

**7. O art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, condiciona a investidura em cargo ou emprego público à prévias aprovações em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para os cargos em comissão.**

**Em relação a concurso público, segundo a atual jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:**

(A) o prazo de validade dos concursos públicos poderá ser de até dois anos prorrogáveis uma única vez por qualquer prazo não superior a dois anos, iniciando-se a partir de sua homologação.

(B) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados entre o número de vagas oferecidas no edital possuem expectativa de direito à nomeação.

(C) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos devem comprovar a habilitação exigida no edital no momento de sua nomeação.

(D) os candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos e classificados dentro do limite de vagas oferecidas no edital possuem direito subjetivo a nomeação dentro do prazo de validade do concurso.

**8. Acerca da improbidade administrativa, assinale a opção correta.**

(A) Considere que um ex-servidor público tenha praticado ato de improbidade administrativa, mas somente três anos depois desse ato tenha sido afastado do exclusivo cargo em comissão que ocupava. Nessa situação, o prazo prescricional de 5 anos para que seja proposta a pertinente ação de improbidade tem início com o término do exercício do referido cargo e não, da prática do ato.

(B) O Ministério Público deve provar logo no inicial, o ato qualificado como de improbidade administrativa, não bastando que se afirme que o fará ao longo da instrução processual.

(C) Prevalece o entendimento de que a ação judicial cabível para apurar e punir os atos de improbidade de natureza civil deve ser titularizada, com exclusividade, pelo Ministério Público.

(D) A competência judicial para apurar ato de improbidade de governo de estado é do STJ.

**9. Assinale a opção quanto às hipóteses legais de dispensa de licitação.**

(A) Constitui hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

(B) Admite-se dispensa de licitação na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em decorrência de rescisão contratual, uma vez atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

(C) É possível a contratação direta nas hipóteses de licitação deserta e de licitação fracassada.

(D) Configura hipótese de dispensa de licitação a aquisição, pela União, estados, DF e municípios, de determinados produtos, com a finalidade de normalizar o abastecimento.

**10. A doutrina costuma afirmar que certas prerrogativas postas à Administração encerram verdadeiros poderes, que são irrenunciáveis e devem ser exercidos sempre que o interesse público clamar. Por tal razão são chamados poder-dever.**

**A esse respeito é correto afirmar que:**

(A) o poder de polícia se coloca discricionário, conferindo ao administrador ilimitada margem de opções quanto à sanção a ser, eventualmente, aplicada.

(B) o hierárquico é inerente à ideia de verticalização administrativa, e revela as possibilidades de controlar atividades, delegar competência, avocar competências e invalidar atos, dentre outros.

(C) o poder regulamentar é amplo, e permite, sem controvérsias, a edição de regulamentos autônomos e executórios.

(D) o importa à administração o dever de apurar infrações e aplicar penalidades, mesmo não havendo legislação prévia.

**Constitucional**

**11. O Presidente da República encaminhou ao Senado Federal projeto de Lei Ordinária sobre as Forças Armadas. Após os debates, o projeto foi aprovado pelo plenário do Senado Federal e, em seguida, encaminhado para a Câmara dos Deputados que, em apenas um turno de discussão e votação, o aprovou e o enviou ao Presidente da República, que o sancionou.**

**Sobre o fato acima, assinale a afirmativa correta.**

(A) A lei é inconstitucional, pois a iniciativa de projetos de lei sobre as Forças Armadas é da Câmara dos Deputados.

(B) A discussão e a votação do projeto deveriam ter se iniciado na Câmara dos Deputados, havendo, por isso, vício no processo legislativo.

(C) A ocorrência de dois turnos de discussão e votação do projeto de lei ordinária, pressuposta no adequado processo legislativo, não ocorreu no caso narrado.

(D) A lei é constitucional, pois o processo legislativo cumpriu o previsto na Constituição.

**12. O Poder Legislativo pode criar uma Lei Complementar de forma contrária à súmula vinculante editada pelo STF?**

(A) Não, pois o STF é o guardião da Constituição.

(B) Não, pois a súmula vincula todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

(C) Sim, pois a súmula não obrigada a Administração Pública.

(D) Sim, pois a função legiferante do Estado não está vinculada ao teor da Súmula.

**13. Sabendo‐se que o Distrito Federal integra a Federação, assinale a afirmativa correta, à luz das normas constitucionais.**

(A) O Distrito Federal será regido por Lei Orgânica própria, votada pelo Congresso Nacional.

(B) A organização distrital conterá previsão de eleições para mandato de cinco anos, sem reeleição.

(C) O Distrito Federal poderá ser dividido em Municípios.

(D) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

**14. Sobre o Poder Executivo, assinale a única opção correta.**

(A) o cargo de Presidente da República só poderá ser ocupado por brasileiro nato com mais de 30 (trinta) anos;

(B) Os eleitos para assumirem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, no caso de vacância dos dois cargos, serão sempre eleitos apenas para completar o período que resta do mandato, seja essa eleição uma eleição direta ou uma eleição indireta, feito no âmbito do Congresso Nacional.

(C) O Presidente da República pode renunciar à imunidade formal quanto à prisão.

(D) Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal.

**15. Com relação ao processo legislativo, aponte a alternativa correta:**

(A) As leis complementares são de iniciativa exclusiva da Câmara dos Deputados.

(B) A sanção e a promulgação são atos exclusivos do Presidente.

(C) O processo legislativo federal e estadual está sujeito ao sistema bicameral, ao contrário do sistema legislativo municipal, que é unicameral;

(D) Não há previsão constitucional de iniciativa popular no âmbito estadual ou municipal.

**16. De acordo com o art. 196 da CF/88: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Acerca da eficácia e aplicabilidade, pode-se dizer que estamos diante de uma norma:**

(A) limitada, na medida em que sua aplicação depende de atuação futura por parte do poder público e da sociedade.

(B) plena, mas com possibilidade de restrição através de lei.

(C) contida, com aplicação imediata, mas com possibilidade de restrição.

(D) absoluta, pois não pode sofrer nenhum tipo de restrição.

**17. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:**

(A) o rol de legitimados ativos para a apresentação da representação de inconstitucionalidade no plano estadual não precisa seguir o princípio da simetria ao modelo federal.

(B) normas pré-constitucionais não podem ser analisadas no país pelo controle de constitucionalidade difuso.

(C) segundo entendimento jurisprudencial, o princípio da reserva de plenário precisa ser adotado pelas Turmas Recursais de Juizados Especiais.

(D) somente juízes de direito têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.

**18. O direito fundamental à previdência pertence à:**

(A) primeira geração de direitos fundamentais.

(B) segunda geração de direitos fundamentais.

(C) terceira geração de direitos fundamentais.

(D) quarta geração de direitos fundamentais.

**19. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale a alternativa correta:**

(A) A CPI não pode determinar a quebra de sigilo de dados bancários dos investigados.

(B) Não podem ser criadas em âmbito estadual e municipal.

(C) Podem transportar-se para qualquer localidade do país.

(D) Nenhuma autoridade pública pode ser convocada para depor em sede de CPI.

**20. Sobre direitos políticos,**

**I- A fidelidade partidária é uma das condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal;**

**II- É condição específica de elegibilidade para alguns cargos a nacionalidade originária brasileira;**

**III- As idades mínimas de 21 anos para Vereador e a de 30 anos para Deputado Federal estão previstas no texto constitucional.**

**Estão corretas:**

(A) I e II;

(B) II e III;

(C) II;

(D) Todas.

**Deontologia**

**21. Cairo, advogado inscrito no Conselho Seccional do Mato Grosso do Sul, foi ofendido pelo magistrado durante a realização de uma audiência na 5ª Vara Cível da Comarca da Capital daquele estado, quando representava os interesses de Rose, autora de uma Ação de Despejo em tramite no aludido juízo.**

**Sabendo-se que o Estatuto da Advocacia e da OAB garante ao advogado o direito ao desagravo público e que o Regulamento Geral traça as diretrizes do mesmo, marque a alternativa correta:**

(A) o inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função da OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, de ofício ou a seu pedido, não podendo, entretanto, ser a pedido de qualquer outra pessoa.

(B) compete ao relator, convencendo- se da existência de prova ou indício de ofensa relacionada ao exercício da profissão ou de cargo da OAB, propor ao Presidente que solicite informações da pessoa ou autoridade ofensora, no prazo de quinze dias, salvo em caso de urgência e notoriedade do fato.

(C) o relator pode arquivar o pedido se a ofensa for pessoal, se não estiver relacionada com o exercício profissional ou com as prerrogativas gerais do advogado ou se configurar crítica de caráter doutrinário, político ou religioso.

(D) na sessão de desagravo o relator lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito.

**22. Álvaro, acadêmico do 9º período do curso de Direito de uma Universidade Federal e devidamente inscrito no quadro de estagiários da OAB, é admitido em estágio profissional em um renomado escritório de advocacia, cuja especialidade é o direito imobiliário.**

**Seguindo as regras constantes no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, os atos de advocacia podem ser subscritos por estagiário inscrito na OAB, em conjunto com o advogado ou o defensor público.**

**Porém, de acordo com as mesmas normas regulamentares, o estagiário inscrito na OAB pode praticar isoladamente os seguintes atos, sob a responsabilidade do advogado, exceto:**

(A) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga;

(B) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos;

(C) assinar somente petições de juntada de substabelecimento a processos judiciais.

(D) para o exercício de atos extrajudiciais, o estagiário pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.

**23. Nos termos estatutários, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade, exceto:**

(A) defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social.

(B) pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

(C) promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

(D) promover, sem exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

**24. As regras sobre a publicidade da advocacia variam de país para país. No Brasil, o Código de Ética e Disciplina da OAB permite seja feita a propaganda dos serviços advocatícios com algumas restrições.**

**Acerca dessas regras, marque a opção que se adéqua ao que é permitido:**

(A) a advogado pode anunciar os seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, permitida a divulgação em conjunto com outra atividade.

(B) o anúncio deve mencionar o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB, não podendo fazer referência a títulos ou qualificações profissionais, especialização técnico-científica e associações culturais e científicas, endereços, horário do expediente e meios de comunicação, vedadas a sua veiculação pelo rádio e televisão e a denominação de fantasia.

(C) correspondências, comunicados e publicações, versando sobre constituição, colaboração, composição e qualificação de componentes de escritório e especificação de especialidades profissionais, bem como boletins informativos e comentários sobre legislação, não podem ser fornecidos a ninguém, nem mesmo a colegas, clientes, ou pessoas que os solicitem ou os autorizem previamente.

(D) o anúncio de advogado não deve mencionar, direta ou indiretamente, qualquer cargo, função pública ou relação de emprego e patrocínio que tenha exercido, passível de captar clientela.

**25. O Conselho Federal da OAB editou o Código de Ética e Disciplina, que trata das regras deontológicas, bem como do processo disciplinar na OAB. Este instituto reservou um capítulo para regulamentar as relações do advogado com o cliente.**

**Acerca dessas relações profissionais, marque a alternativa correta:**

(A) o advogado deve informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, e das consequências que poderão advir da demanda.

(B) a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, não obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, caso este esteja em débito com o advogado.

(C) em nenhum caso o advogado pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído.

(D) A renúncia ao patrocínio necessita de justo motivo do motivo e a continuidade da responsabilidade profissional do advogado ou escritório de advocacia, durante o prazo estabelecido em lei; não exclui, todavia, a responsabilidade pelos danos causados dolos a ou culposamente aos clientes ou a terceiros.

**26. Aristides, advogado regularmente inscrito na OAB/PE, viu-se afrontado por sua cliente, que o acusava da prática de crime que ela cometeu. Em defesa própria, o advogado revelou segredo profissional, provando que não era culpado.**

**Nessa situação hipotética, a conduta de Aristides:**

(A) não foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, sem exceções,

(B) não foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, salvo apenas na hipótese de grave ameaça ao direito à vida;

(C) foi lícita, pois não constitui obrigação do advogado observar o sigilo profissional;

(D) foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo.

**27. Acerca da Conferência Nacional dos Advogados (CNA), assinale a opção correta à luz do Regulamento Geral e do Estatuto da Advocacia e da OAB.**

(A) Os advogados inscritos na CNA são considerados seus membros efetivos, com direito a voto;

(B) A CNA é órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB, tendo por objetivo a eleição do presidente e da diretoria desse Conselho;

(C) A comissão organizadora da CNA é designada pelo secretário-geral da OAB e integrada por professores renomados no cenário jurídico nacional;

(D) As conclusões da CNA são compiladas em atos normativos de cumprimento obrigatório pelos conselhos seccionais da OAB.

**28. Humberto, advogado regularmente inscrito na OAB/RJ, tomou posse em cargo público comissionado, demissível ad nutum, para exercer a função de Secretário de Obras.**

**Nessa situação, o advogado deve, com relação a sua inscrição na OAB:**

(A) mantê-la, pois a referida função é atividade privativa de advogado;

(B) ser desligado de ofício, por ingresso em cargo público;

(C) solicitar a licença dos quadros da OAB;

(D) solicitar suspensão por tempo indeterminado, devendo essa suspensão se estender pelo período em que estiver ocupando o referido cargo.

**29. Mévio, Cairo e Olívia, advogados com pouco tempo de atividade profissional, decidem unir seus esforços para constituírem uma sociedade de advogados e juntos enfrentaram o mercado de trabalho. Todos eles especializaram-se na advocacia criminal.**

**Qual o erro os advogados não devem cometer ao montarem a sociedade?**

(A) A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

(B) As procurações devem ser outorgadas coletivamente aos advogados da sociedade.

(C) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

(D) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

**30. Pablo, advogado com larga experiência na área do direito imobiliário, é contatado por uma grande imobiliária para pertencer ao quadro de advogados dessa instituição. Diante da proposta salarial de R$ 20.000,00, Pablo aceitou e assinou o contrato de trabalho.**

**De acordo com as normas estatutárias acerca do advogado empregado:**

(A) a relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional inerentes à advocacia.

(B) o advogado empregado está obrigado à prestação de serviços profissionais de interesse pessoal dos empregadores, fora da relação de emprego.

(C) a jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

(D) as horas trabalhadas que excederem a jornada normal são remuneradas por um adicional não inferior a cem por cento sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

**Direito e Processo Penal**

**31. Assinale a alternativa que traga somente elementos que excluem a ilicitude do crime:**

(A) inimputabilidade e inconsciência da ilicitude

(B) inimputabilidade e exercício regular de direito

(C) estado de necessidade e legítima defesa

(D) estado de necessidade e falta de consentimento do ofendido

**32. Em regra, os crimes contra a dignidade sexual são:**

(A) de ação penal pública condicionada à representação

(B) de ação penal pública incondicionada

(C) de ação penal privada propriamente dita

(D) de ação penal privada personalíssima

**33. Arsênio Cantareira, está sendo processado criminalmente por exigir, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro. Esse crime é o de:**

(A) extorsão

(B) extorsão indireta

(C) corrupção passiva

(D) arrego

**34. Maria Kelly, autora do crime de lesão corporal leve, durante uma audiência no I Juizado Especial Criminal, no calor da discussão, ofendeu a vítima na frente do magistrado.**

**O Código Penal determina que não constituem injúria ou difamação punível nos casos abaixo, exceto:**

(A) a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

(B) a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

(C) o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício;

(D) a ofensa irrogada em juízo ou nas próximas 24 horas após o término da audiência, pela parte ou por seu procurador.

**35. Indique a opção errada, quanto ao que determina o Código Penal, quando diz que as penas podem ser:**

(A) privativas de liberdade;

(B) restritivas de direitos;

(C) de multa;

(D) de trabalho forçado.

**36. Nos termos do atual Código de Processo Penal e à luz do entendimento do STF, assinale a alternativa correta.**

**A lei processual penal:**

(A) obriga a repetição dos atos praticados anteriormente à sua vigência.

(B) não admite interpretação extensiva.

(C) não admite interpretação analógica.

(D) tem, de regra, aplicação imediata.

**37. No Direito Processual Penal são estudados e analisados os tipos de processo penais conhecidos ao longo da história.**

**Dessa forma, podemos afirmar que são traços profundamente marcantes no processo do tipo acusatório:**

(A) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; processo judicialiforme;

(B) o contraditório, união das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora;

(C) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a uma mesma pessoa; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora;

(D) o contraditório, separação das partes acusadora e acusada, que estão no mesmo pé de igualdade; processo público, em regra; funções de defender, acusar e julgadas ligadas a pessoas diferentes; processo escrito ou verbal; igualdade de direitos entre as partes; iniciativa do processo pela parte acusadora;

**38. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que indicam quais delas são verdadeiras:**

**I. O inquérito policial deve ser instaurado através de relatório e encerrado mediante portaria da autoridade policial.**

**II. Em razão do princípio da oralidade do processo, não há necessidade de serem as peças do inquérito policial reduzidas a escrito ou datilografadas.**

**III. No inquérito policial, o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.**

**Está correto o que consta SOMENTE em:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) III.

(D) II e III.

**39. Alderino Valério, advogado com 5 anos de atividade profissional, prestou concurso público de provas e títulos para a magistratura federal, tendo obtido êxito e passado a exercer a nobre função judicante.**

**Tendo em vista a situação acima descrita, marque a alternativa correta, com relação aos sujeitos da relação processual:**

(A) Ao órgão do Ministério Público incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

(B) O juiz dar-se-á por suspeito e não poderá exercer a jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(C) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

(D) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida mesmo quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

**40. Sabe-se que entre os princípios que regem a ação penal de iniciativa privada, estão o da oportunidade e o da disponibilidade.**

**Assim, pode-se afirmar que o instituto que decorre de um desses princípios é o do:**

(A) duplo grau de jurisdição

(B) “*emendatio libelli*”

(C) “*mutatio libelli*”

(D) Perdão

**Empresarial**

**41. A respeito do processo de falência, assinale a afirmativa correta.**

(A) As restituições em dinheiro determinadas por sentença judicial poderão ser realizadas antes do pagamento de qualquer crédito.

(B) Os créditos ao serem classificados, os créditos com garantia real terão preferência sobre os créditos tributários, independentemente do valor do bem dado em garantia.

(C) Os créditos decorrentes das remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares serão pagos com preferência em relação aos credores concursais.

(D) Os credores remanescentes da recuperação deverão habilitar seus créditos na falência, em qualquer hipótese, quando da convolação da recuperação judicial em falência.

**42. Com relação às atribuições do Comitê de Credores, quando constituído no âmbito da recuperação judicial, assinale a afirmativa correta.**

(A) Fiscalizar a execução do plano de recuperação judicial.

(B) Fornecer, com presteza, todas as informações exigidas pelos credores interessados.

(C) Consolidar o quadro geral de credores e providenciar sua publicação.

(D) Apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor.

**43. Marque a correta:**

(A) O administrador judicial será profissional idôneo, de qualquer área, preferencialmente advogado ou contador, não se admitindo o exercício da função por pessoa jurídica;

(B) o juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, cujo montante não excederá a 6% (seis por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial;

(C) o administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, não podendo exceder ao percentual de 3% (três por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial;

(D) o administrador judicial substituído não será remunerado se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas na lei;

**44. A respeito da sociedade em comum, assinale a hipótese correta:**

(A) Os sócios respondem individual e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

(B) São regidas pelas disposições das sociedades simples mesmo havendo dispositivos legais próprios.

(C) Os sócios são titulares subsidiários das dívidas sociais.

(D) Na relação com terceiros, estes comprovar a existência da sociedade de qualquer modo.

**45. Em relação à Sociedade em Conta de Participação, assinale a hipótese que NÃO é correta:**

(A) É uma sociedade empresária, personificada e de pessoas.

(B) A atividade constitutiva do objeto social deve ser exercida unicamente pelo sócio ostensivo.

(C) O contrato social produz efeito somente entre os sócios.

(D) As contribuições dos sócios - participante e ostensivo - constituem patrimônio especial.

**Direito e Processo Civil**

**46. O Código Civil de 2002 consagrou um sistema binário (ou dualista) de dissolução do casamento, dividido em dois diferentes âmbitos: causas terminativas, que põem fim à sociedade conjugal, sem atacar o vínculo nupcial; e causas dissolutivas propriamente ditas, que põem fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial. De acordo com o Código Civil são causas dissolutivas propriamente ditas, exceto:**

(A) a morte de um dos cônjuges.

(B) a nulidade ou anulabilidade do casamento.

(C) a separação judicial

(D) o divórcio.

**47. Considere as seguintes situações hipotéticas:**

**I. Gabriela, por onze anos, sem interrupção, nem oposição, possui como sua uma casa de 300 metros quadrados, tendo estabelecido no referido imóvel sua moradia habitual, realizando obras de conservação e ampliação da casa.**

**II. André não é proprietário de imóvel urbano ou rural, mas possui, como sua, uma casa de 150 metros quadrados por sete anos ininterruptos e sem oposição utilizando-a como sua moradia.**

**III. Bruno, proprietário de um terreno rural de 10 hectares, possui, como sua, uma casa de 70 metros quadrados, por oito anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia.**

**De acordo com o Código Civil brasileiro, em razão da posse, poderá adquirir a propriedade dos imóveis acima mencionados:**

(A) Gabriela e Bruno, apenas.

(B) André e Bruno, apenas.

(C) Gabriela e André, apenas.

(D) Gabriela, André e Bruno.

**48. Considere as seguintes situações hipotéticas:**

**I. Marcia emprestou R$ 10.000,00 para sua amiga Tania, uma vez que a mesma necessitava saldar despesas hospitalares do namorado. As amigas celebraram confissão de dívida assinada por duas testemunhas idôneas, dívida esta não saldada por Tania.**

**II. Nara é contadora; no ano de 2012 prestou seus serviços profissionais para a Família Klaro, elaborando as declarações do casal e de dois filhos, cobrando pelos serviços o valor de 6 (quatro) salários mínimos. A família Klaro não efetuou o pagamento dos serviços de Nara.**

**III. Fernanda alugou seu conjunto comercial para Roberta que está lhe devendo R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo não pagamento do aluguel referente aos últimos quatro meses.**

**Nestes casos, de acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, prescreverá em cinco anos, APENAS:**

(A) as pretensões de Marcia e Fernanda.

(B) as pretensões de Marcia e Nara.

(C) as pretensões de Nara e Fernanda.

(D) somente a pretensão de Fernanda.

**49. Considere uma venda realizada à vista de amostras, protótipos ou modelos. Neste caso, de acordo com o Código Civil de 2002, em regra, a referida venda é:**

(A) prevista na lei, sendo que se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato de compra e venda, prevalecerá a amostra, o protótipo ou o modelo.

(B) prevista na lei, sendo que se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato de compra e venda, prevalecerá o contrato celebrado entre as partes.

(C) proibida, não sendo possível a celebração de contrato de compra e venda com base em amostras, protótipos ou modelos.

(D) proibida, se a celebração do contrato for realizada entre pessoas físicas.

**50. Em determinado contrato o fiador renunciou expressamente ao benefício de ordem. O credor está executando o contrato em razão da dívida não paga requerendo a penhora de imóvel de propriedade do fiador, apesar do devedor ser proprietário de diversos imóveis. Neste caso,**

(A) a renúncia ao benefício de ordem é nula, uma vez que o fiador possui o direito de exigir, até contestação da lide, que seja executado, primeiramente, os bens do devedor.

(B) o fiador somente possui o direito de exigir que sejam executados, primeiramente, os bens do devedor se houver bens sitos no mesmo município em que tramita a execução, livres e desembargados.

(C) a renúncia ao benefício de ordem é anulável, uma vez que o fiador possui o direito de exigir, até contestação da lide, que seja executado, primeiramente, os bens do devedor.

(D) a renúncia ao benefício de ordem é lícita e permitida pelo Código Civil brasileiro.

**51. A respeito da execução em geral, considere:**

**I. Ficam sujeitos à execução os bens gravados com ônus real em fraude à execução.**

**II. Podem ser penhoradas cotas sociais de sociedade limitada por dívida particular de sócio.**

**III. O fiador, quando executado, não poderá nomear à penhora bens livres e desembaraçados do devedor.**

**Está correto o que consta em:**

(A) I, II e III.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) I e II.

**52. Sobre a intervenção de terceiros e o litisconsórcio, de acordo as regras do Código de Processo Civil:**

(A) é obrigatório o chamamento ao processo de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

(B) o litisconsórcio necessário e multitudinário poderão ser indeferidos pelo juiz da causa, quando este comprometer a rápida solução do litígio.

(C) feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e poderá aditar a petição inicial.

(D) os atos de um litisconsorte não beneficiarão os de mais, ainda que o litisconsórcio seja unitário.

**53. Segundo o Código de Processo Civil, verificando o juiz a irregularidade da representação da parte, deverá fixar prazo:**

(A) razoável para ser sanado o defeito e, caso não atendido, declarará o réu revel, se a providência a este couber.

(B) razoável para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, declarará a nulidade do processo, se a providência couber ao réu.

(C) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, extinguirá o processo com resolução do mérito, se a providência couber ao autor.

(D) de dez dias para ser sanado o defeito e, caso não seja atendido, excluirá o assistente do processo, se a providência a este couber.

**54. Acerca dos poderes, deveres, atos e responsabilidade do juiz,**

(A) responderá por perdas e danos o juiz quando, no exercício de suas funções, agir com culpa, prejudicando a rápida solução do litígio.

(B) cabe ao juiz deferir ou indeferir as provas requeridas pelas partes, não podendo determinar provas de ofício, sob pena de violação do princípio da inércia jurisdicional.

(C) compete ao juiz tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes, podendo constar de eventual transação, ponto não suscitado pela petição inicial.

(D) deverá decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas pelas partes, em razão do que está impedido de pronunciar a prescrição quando não arguida pela parte em sua contestação.

**55. Sobre a sentença e a coisa julgada, de acordo com o Código de Processo Civil, considere:**

**I. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional.**

**II. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração no momento de proferir a sentença, mas não poderá considerar se o fato for modificativo do direito, diante da preclusão consumativa.**

**III. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.**

**IV. Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.**

**V. A sentença que condenar a parte no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

(A) I, III e IV.

(B) II, IV e V.

(C) II, III e V.

(D) I, IV e V.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Depois de concedido o aviso-prévio, o ato poderá ser reconsiderado se a:**

(A) iniciativa, nesse sentido, for da parte que pré-avisou, independente da outra parte.

(B) parte pré-avisada ainda não tiver se manifestado sobre a notificação.

(C) outra parte concordar com a reconsideração.

(D) parte que concedeu o aviso pagar a indenização legal exigida pela outra parte.

**57. A prescrição da ação para o trabalhador postular em juízo os direitos decorrentes de sua relação de emprego ocorre:**

(A) 2 anos antes da rescisão do contrato de trabalho.

(B) 5 anos após a rescisão do contrato de trabalho.

(C) 2 anos após a ocorrência do ato do empregador que violou o direito postulado.

(D) 5 anos após a ocorrência do ato do empregador que lhe negou o direito, até o limite de 2 anos após a rescisão do contrato de trabalho.

**58. Empresa celebrou, por motivo de força maior, acordo diretamente com seus empregados, para redução geral dos salários, equivalente a 30% e durante 90 dias. O Sindicato da categoria profissional ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento do equivalente à redução salarial. Neste caso, a redução é:**

(A) inválida porque a Carta Magna garantiu a irredutibilidade salarial, mantendo, nessa parte, a CLT.

(B) inválida porque, de acordo com a Carta Magna, a redução salarial só pode ser estipulada por via de convenção ou acordo coletivo, qualquer que seja a causa ou motivo dela.

(C) válida porque levada a efeito mediante acordo com os empregados.

(D) válida porque houve motivo de força maior e acordo com os empregados.

**59. A estabilidade provisória do empregado eleito para o cargo de direção ou representação sindical é garantida:**

(A) ao suplente, inclusive.

(B) até um ano após a data da eleição, mesmo se o candidato não for eleito.

(C) até dois anos após o término do mandato.

(D) mesmo que o empregado cometa falta grave no curso do mandato, postergando-se a eventual demissão para um ano após o final do mandato.

**60. Só é admissível a alteração do contrato de trabalho quando:**

(A) feita por mútuo acordo entre as partes.

(B) não seja prejudicial ao empregado.

(C) feita por mútuo acordo entre as partes e, concomitantemente, não seja prejudicial ao empregado.

(D) autorizada pelo sindicato, em negociação coletiva.

**61. No tocante aos embargos à execução, considere:**

**I. Mesmo quando o título executivo trabalhista for extrajudicial, o executado poderá opor embargos à execução no prazo de cinco dias, após garantia do juízo.**

**II. O embargado será intimado para impugnar os embargos à execução no prazo de oito dias.**

**III. A competência para julgamento dos embargos à execução é do juízo onde se processa a execução.**

**IV. O procedimento dos embargos à execução veda a oitiva de testemunhas, uma vez que as matérias discutidas são, exclusivamente, de direito, como exemplo da prescrição.**

**Está correto o que consta APENAS em:**

(A) I e III.

(B) I, II e IV.

(C) III e IV.

(D) I, II e III.

**62. Gabriela é advogada recém formada e está com dúvidas a respeito da contagem processual de prazo judicial. O prazo processual para Gabriela interpor agravo de petição começou no dia 16 de dezembro. Neste caso, considerando que o término do recesso ocorreu em uma terça-feira, o referido prazo processual terminará, em janeiro, no dia:**

(A) 12 de janeiro.

(B) 08 de janeiro.

(C) 14 de janeiro.

(D) 10 de janeiro.

**63. Considere a seguinte situação hipotética: Paulo ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa “Leke Leke Ltda.”, empresa de pequeno porte que possui 8 (oito) empregados. Dentre os pedidos formulados por Paulo está o reconhecimento do vínculo de emprego e o trabalho em jornada extraordinária. Considerando que a empresa admitiu a prestação de serviços por Paulo, mas não como empregado e sim como trabalhador autônomo, bem como que não anexou aos autos os controles de jornada de Paulo, o ônus da prova no tocante ao vínculo de emprego e no tocante às horas extras laboradas é:**

(A) da empresa.

(B) de Paulo.

(C) da empresa e de Paulo, respectivamente.

(D) de Paulo e da empresa, respectivamente.

**64. Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:**

(A) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

(B) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.

(C) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

(D) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

**65. Em relação aos dissídios individuais trabalhistas, assinale a opção correta.**

(A) estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

(B) o reclamado deverá apresentar a contestação na audiência, por escrito, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

(C) pelo princípio da impugnação especificada, o reclamado deverá esclarecer, em sua defesa e de forma geral, se todas as alegações do autor são inverídicas ou se a pretensão deste é improcedente, requerendo a improcedência dos pedidos contidos na peça vestibular.

(D) quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, a prescrição não poderá ser interrompida caso a ação seja arquivada, haja vista os princípios da celeridade e da economia processual.

**Direito Tributário**

**66. Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte:**

(A) o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.

(B) o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.

(C) o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.

(D) a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. O emprego da analogia, em matéria tributária, resultará na:**

(A) majoração de tributo.

(B) instituição de tributo.

(C) exclusão do crédito tributário.

(D) impossibilidade de exigência de tributo não previsto em lei.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a:**

(A) medida provisória.

(B) lei complementar.

(C) emenda constitucional.

(D) lei ordinária.

**70. Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE).**

**A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE?**

(A) Imediatamente para ambos.

(B) No exercício financeiro seguinte para ambos.

(C) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(D) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |